

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Luiza Maia, comunicando sua ausência da sessão no dia 18/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Bruno Reis, comunicando sua ausência das sessões nos dias 05, 06, 10 e 11/12/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes do Pequeno Expediente, gostaria de dar algumas informações aos Srs. Deputados.

Na última reunião da Mesa Diretora, ficou definido que delegamos aos deputados Yulo Oiticica e Paulo Azi que sentem com os 2 Líderes partidários da Situação e Oposição e proporcionalmente deles recebam 30 projetos dos Srs. Deputados. Posteriormente a Mesa Diretora vai chamar os presidentes das Comissões respectivas e dar um prazo de 30 dias para votá-los aqui no Plenário.

Vou repetir: os deputados Paulo Azi e Yulo Oiticica têm 15 dias a partir da última quarta-feira para receber dos Líderes partidários 30 projetos, proporcionalmente às respectivas Bancadas, que serão votados neste Plenário sem compromisso de aprovação, porque a aprovação depende de cada Sr. Deputado votar. São proporcionais. E os presidentes das respectivas Comissões, como o da Comissão de Constituição e Justiça e os das outras referentes a cada projeto, terão um prazo determinado pela Presidência para que votem e posteriormente os projetos venham ao Plenário. Se forem arquivados na CCJ ou em outra Comissão, não vêm para o Plenário. Mas os que passarem nas respectivas Comissões vêm diretamente ao Plenário para serem votados.

Com relação à Emenda Constitucional do 14º e 15º salários, tendo em vista a opinião pública favorável e, eu diria, a unanimidade dos parlamentares, pelo menos os que conversamos são favoráveis, a maioria é favorável a acabar o 14º e 15º.

Quero dizer aos Srs. Deputados o seguinte: se chegar uma emenda aqui composta, assinada por 21 Srs. Deputados, e os Líderes do governo e da Oposição dispensarem as formalidades, votaremos em 1º turno no dia 12. São 2 turnos porque é Emenda Constitucional. Caso chegue às mãos do presidente da Assembleia uma Emenda Constitucional assinada por 21 Srs. Deputados, posteriormente vamos pedir a dispensa de formalidades aos Líderes da Oposição e Situação. Caso esses 2 Líderes assinem, votaremos no dia 12. Caso se recusem a assinar, o projeto tramitará, e vou colocar em urgência uma proposta minha para ser votada o mais rápido possível. A ideia da Presidência é votar no dia 12, de amanhã a 8 dias, em 1º turno. E com mais 8 dias, em 2º turno, o projeto do 14º, 15º e também o da redução do recesso parlamentar. Caso chegue à minha mão uma proposta assinada por 21 Srs. Deputados reduzindo o recesso de 90 para 60 dias, igualmente votaremos no mesmo dia em que votarmos a extinção do 14º e 15º salários.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente e Srs. Deputados, com relação a essa questão do 14º e 15º salários, o deputado Zé Neto não está presente neste momento,

mas amanhã vai haver uma reunião convocada por ele para debater o tema. E acredito que também na Oposição, pelo que Elmar Nascimento tinha falado, iria haver uma reunião da Bancada da Minoria nesse sentido para debater. E de repente, se essas informações são verdadeiras, as que têm sido passadas, tanto de um lado quanto do outro, de um certo entendimento da maioria dos deputados, de repente, isso sai já amanhã. Portanto, por parte da Maioria como da parte da Minoria, vão acontecer umas reuniões amanhã e teremos uma posição que obviamente poderá garantir que no dia 12 tragamos esse tema com relação à extinção do 14 e 15º salários.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, considerando que V. Ex^a tem um dos deveres de preservar e dar todas as condições para que todos os deputados executem, e bem, os seus mandatos e que também é o responsável principal para que a Assembleia tenha preservado os seus direitos junto aos outros Poderes; considerando ainda uma correspondência encaminhada pelo secretário da Fazenda ao Líder da Minoria, deputado Elmar Nascimento, em que cita V. Ex^a, gostaria de solicitar mais uma vez, já que na semana passada estive em seu gabinete e V. Ex^a me disse que não tinha ciência até o momento que faltava a senha para que os deputados da Oposição, e todos os demais, mas sobretudo os da Oposição pudessem exercer uma de suas tarefas, que é acompanhar a execução orçamentária do Estado... Para acabar e dirimir todas as celeumas que estão sendo criadas, esse ofício do secretário da Fazenda, para não usar um termo mais forte, digamos que as informações não correspondem à realidade, eu gostaria que V. Ex^a tomasse uma das duas providências: primeiro, que V. Ex^a ligasse para o secretário a fim de que ele mande alguém instalar o sistema na Liderança da Minoria. Ele deu uma informação de que precisa do CPF e do R.G. de todos os deputados, nós não queremos, não. Já que estamos no terceiro mês, por dois meses a Oposição não pôde exercer sua prerrogativa de fiscalização, que ele mande alguém aqui instalar. Se houver qualquer dúvida, Sr. Presidente, acho que não vai acontecer, mas que mande agora um técnico da Secretaria da Fazenda para ir com a senha dele vir aqui em qualquer computador da Minoria, ou da Liderança e veja se com a senha dele acessa. Não acessa! Porque não tem o sistema implantado.

Então, para evitar esse constrangimento para nós da Oposição, isso está tirando de nós o direito de exercer nossa atividade, solicito a interferência de V. Ex^a, que, com certeza absoluta, ao fazer um telefonema ao secretário da Fazenda, ele mandará os técnicos virem aqui instalar. Porventura, acredito que isso vai ocorrer, se houver qualquer dificuldade técnica, que ele fale, nós até vamos entender. Vamos, dentro da possibilidade, ajudar. Agora, não pode ficar passando uma informação errada para o Líder da Minoria e dizendo que já mandou ofício para V. Ex^a também nesse sentido.

Então essa é a solicitação, Sr. Presidente, que eu faço na certeza de que as providências necessárias serão tomadas.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, V. Ex^a falou da questão dos projetos de

lei e nós ficamos extremamente mais confortável com isso, e eu queria saber se V. Ex^a pensou ou decidiu alguma coisa sobre PEC, porque existe inclusive de nossa autoria um encaminhamento de uma PEC. Isso vem direto do Executivo ou nós vamos ter abertura enquanto legislador para que isso ande de forma acelerada? Vamos dizer assim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a PEC está também dentro dos 30 projetos. Pode ser PEC como pode ser projeto ordinário, os líderes é que vão nos entregar.

Com relação ao deputado Gaban, V. Ex^a tem a questão de ordem deferida. Vou conversar por telefone com o secretário da Fazenda ainda hoje, posteriormente trarei a informação. Agora, a Assembleia exige do governo do Estado a senha para que cada deputado possa fiscalizar, tomar conhecimento do Orçamento, das contas do Estado. Isso aí V. Ex^a pode ter certeza que a Assembleia vai solicitar e eu tenho certeza de que será atendido pelo Governo do Estado na pessoa do secretário da Fazenda. Caso o secretário, por algum motivo, não possa, nós cobraremos, inclusive, do próprio governador Jaques Wagner, porque é constitucional. O deputado tem o direito e tem a obrigação de fiscalizar o Poder Executivo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, sobre o tema do fim do 14º e do 15º salários que V.Ex^a abordou no início da discussão, trocando ideias com alguns colegas, acho que essa questão deveria ser resolvida imediatamente a partir dos dois líderes - o Líder do Governo, deputado Zé Neto, e o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento - que encabeçariam essa emenda constitucional. Adiantando aqui meu ponto de vista, já que essa questão será discutida entre as duas bancadas, acho que é importante, efetivamente, retirar o 14º e o 15º... Algumas categorias têm o 14º e o 15º, inclusive a dos bancários. Sou radicalmente contra a retirada na categoria bancária.

Mas quero aqui registrar que sou favorável à retirada do 14º e do 15º salários dos parlamentares, sou favorável à redução do recesso parlamentar desde quando, e aí a sugestão para que essa emenda venha também retirar a remuneração quando das convocações extraordinárias. Mesmo que haja a redução do recesso parlamentar, mesmo que o recesso parlamentar seja apenas de quinze dias, por exemplo, em qualquer convocação extraordinária existe aquela história da remuneração dos dois salários. Sou contra.

Então, essa emenda tem que vir reduzindo o recesso parlamentar, mas não só reduzindo o recesso parlamentar, tem que vir reduzindo o recesso parlamentar e retirando a remuneração quando das convocações extraordinárias. Pode-se até dizer de que há muito tempo não se tem convocação extraordinária. É verdade. Há muito

tempo não temos convocações extraordinárias. Mas, quando tiver, os dois salários, do jeito que está hoje, estarão assegurados. Sou favorável que retirem.

Aliás, se tivesse que optar entre a retirada da remuneração do salário extra, quando da convocação das sessões extraordinárias, e a redução do recesso parlamentar, eu optaria pela retirada da remuneração quando das convocações extraordinárias.

Como me parece que há um certo consenso da redução do recesso parlamentar, a minha sugestão é a de que nessa emenda constitucional constem várias questões. Por exemplo: primeiro, a retirada do 14º e do 15º salários; segundo, redução do recesso parlamentar para 60 dias; terceiro, retirada da remuneração quando das convocações extraordinárias.

Quero deixar bem claro que sou favorável a essas três medidas, mas quero pontuar que não vão alterar em absolutamente nada o fortalecimento do Legislativo. São medidas inócuas, mas acho que deve se fazer, já que há um apelo popular, já que há uma abordagem e a gente não tem a *Rede Globo* na mão para poder explicar direito cada detalhe, como, por exemplo, explicar, inclusive, a deputado que recesso não são férias, porque há colega meu, deputado, que fica achando que recesso são férias. É o cúmulo do absurdo! Tudo bem, pode reduzir até para não ter recesso dia nenhum, mas um parlamentar achar que recesso são férias, tenha paciência! Recesso significa apenas ausência de sessões plenárias, só e só, apenas isso. E há colegas nossos, parlamentares, que acham que recesso são férias. Tenha santa paciência!

Agora, defendo a redução do recesso, a retirada da remuneração quando da convocação extraordinária e defendo a retirada do 14º e do 15º. Agora, não mexam no 14º e 15º dos bancários, porque aí não vamos aceitar!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre companheiro deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, pessoal da imprensa, venho a esta tribuna para, primeiro, parabenizar e desejar boa sorte ao deputado Leur Lomanto, que foi encaminhado para a presidência da nossa Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, quero dizer que, como suplente, estaremos lá para contribuir com o seu trabalho. Saúdo o deputado Uziel Bueno, que foi escolhido presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Relação de Trabalho, e já digo a V.Ex^a, nobre deputado, que existe uma demanda em andamento para que possamos regionalizar o Procon no interior da Bahia, e citaria como uma possibilidade real implantar essas agências no SAC para que o consumidor tenha a oportunidade de se defender.

E queria fazer um comentário, só um esclarecimento ao deputado Luciano Simões, que aqui fez um comentário sobre a adutora do Ponto Novo. Nobre deputado, realmente, a adutora está estimada em R\$ 60 milhões, até o momento só foram investidos R\$ 24,2 milhões, mas R\$ 14,7 milhões estão em andamento, construindo a adutora, no trecho que liga Bonfim a Andorinha, e também terminando

a adutora principal, de Ponto Novo a Senhor Do Bonfim. Então, ainda temos R\$ 22 milhões a investir para que fique a transparência de que os R\$ 60 milhões ainda não foram investidos, e nem poderiam ter sido, porque senão estaria já todo o sistema funcionando.

Queria concordar com o nobre deputado sobre a questão do aparelhamento, a questão da patrulha mecanizada. Acho que temos que buscar um caminho pelo qual, se não a isenção fiscal, pelo menos a redução das taxas seja implantada no Estado, para que o pequeno agricultor, inclusive, seja beneficiado.

E queria aqui parabenizar o presidente e todos os líderes com essa possibilidade real de aprovarmos projetos de lei do Legislativo, uma vez que o ano passado, realmente, foi uma demanda reprimida e não contribuiu para a boa funcionalidade desta Casa.

Por fim, quero aqui parabenizar o governador Jaques Wagner, através do seu secretário Rui Costa e toda a equipe, que estão andando por todo o Semiárido baiano com o comitê de ações de convivência com a seca. Quero agradecer a ida lá no território Apanhamento Norte de Nosso Senhor do Bonfim, que estava numa situação extremamente delicada com relação a recursos hídricos. De pronto se tomou a decisão de retomar a adutora e a água deve estar chegando nos próximos 60 dias para que se evite, realmente, uma situação mais calamitosa naquela comunidade.

Eu gostaria de dizer que aquelas ações são importantes, porque acho que o governo tem de estar presente e mais próximo das comunidades e dos municípios para ouvir nem que sejam críticas ou cobranças, às vezes até, mais severas, a fim de que a gente se coloque à disposição do povo com intuito de que ele tenha conhecimento das ações que estão sendo feitas como também de suas dificuldades tais como: por que não estão chegando a ajuda no tempo e em hora necessárias?

Enfim o povo há de ter condição de, junto com o governo e junto com os parlamentares, construir alternativas da melhoria de vida das pessoas e soluções de determinados setores que, com certeza, vão contribuir para que a gente possa melhorar.

E quero, para encerrar, concordar também com a possibilidade real de se extinguir os 14º e 15º salários. Acho que nós, parlamentares, temos de nos enquadrar cada vez mais e temos de nos aproximar cada vez mais com as leis que regem o nosso País. Devemos nos comparar a um trabalhador comum de carteira assinada. Acho que é assim que se vai fortalecer a democracia, ou seja, garantindo direitos, mas acabando-se com os privilégios.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Dando sequência ao Pequeno Expediente, ouviremos a palavra do nobre companheiro Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a gente tem de

tomar cuidado, deputados Gaban e Cacá Leão, com essas demagogias que podem surgir aqui nesta Casa devido ao último projeto que os milionários de Brasília tomaram. Tenho certeza de que esta Casa vai acabar com os 14º e 15º salários.

Agora, usando a demagogia, não se pode querer comparar o trabalho do deputado, como é feito hoje, principalmente no Nordeste, com o trabalhador normal.

Eu digo isso, porque, na terça-feira da semana passada, eu estava trabalhando em Senhor do Bonfim. E muitos não viram o deputado Adolfo Menezes presente aqui nesta Casa a exemplo do deputado Carlos Brasileiro. Mas nós estávamos trabalhando, trabalhando sim, em uma reunião do Comitê da Seca, onde havia diversos secretários, presidente da Embasa, da Cerb, da CAR na cidade de Senhor do Bonfim, que tem sede de uma região, tratando do assunto gravíssimo da seca.

E, aí, o deputado está trabalhando lá na outra ponta. Se o deputado não estiver presente lá, a imprensa bate reclamando a sua ausência em tal reunião. Se o deputado não estava presente aqui em Plenário, o mesmo deputado apanha porque está faltando às reuniões plenárias. Tudo isso ocorre como se o deputado não estivesse fazendo absolutamente nada. Eu tenho a consciência tranquila de que eu fui um dos parlamentares mais presentes nesta Casa.

Mas, infelizmente, este é o nosso trabalho. Não podemos ficar com a farsa que existe hoje! Vejam o exemplo. Vemos o governador do estado da Bahia, um dos mais importantes do Brasil, o quarto estado do Brasil, ganhar, deputado Gaban, o que ganha um agente de tributos. Não tenho nada contra agente de tributos. Milhares de funcionários ganham mais do que um senador da República, ganham mais do que um governador de estado federado, não só da Bahia como de São Paulo, estado mais rico da Federação.

Isso, para mim, é uma farsa. Muitos podem não admitir. Mas, para mim, é uma farsa. É o que está acontecendo em nosso País, pois ninguém tem coragem de encarar e dizer como é feita a política em nosso País. Hoje pela manhã mesmo, eu já dei passagens; eu já encaminhei pacientes para hospitais. Vejam, isso não é papel de deputado! Mas, infelizmente, é feito dessa forma para quem quer continuar neste Parlamento.

Portanto nós temos de parar com a farsa que se vê todos os dias neste País. Será que alguém acredita que um senador da República – numa proporção de 81 senadores para 200 milhões de habitantes neste País – sobreviva com R\$ 20 mil por mês quando há funcionários de Petrobras e de várias outras empresas como a Eletrobras, principalmente, essas grandes empresas que têm salários muito maiores, Judiciário, o próprio Legislativo, quando um motorista da câmara tem salário maior do que de deputado?

Então este é o País! Este é o Brasil! Um senador da República recebe R\$ 27 mil brutos. E, depois dos descontos, ficam R\$ 20 mil para que ele viva, para que ele crie sua família, para que ele dê assistência, para que ele viaje, ou um senador da República vai andar de ônibus pinga pinga, ou o senador da República vai comer cachorro- quente? Então, esse é o nosso País. É claro que nesta Casa vários deputados querem ser o pai da criança, pois o projeto vai acabar com o 14º e o 15º salários.

Mas é como eu digo, deputado Gaban, se tirarem a camisa do deputado, não satisfaz; se tirarem as calças e outras coisas mais, não satisfaz, essa equação nunca vai fechar. Vocês sabem perfeitamente, com raríssimas exceções, como é feita a política neste País, principalmente no Nordeste. Só para você dar assistência, eu mesmo que sou pequeno aqui, fui votado em mais de 50 cidades, em Formosa do Rio Preto que faz divisa com Tocantins; fui votado em Jacaraci, que faz divisa com Minas Gerais; Pilão Arcado, que faz divisa com o Piauí; Adustina, que faz divisa com Sergipe, só aí vocês têm ideia da loucura do sistema político vigente neste País. Fica essa farsa como se os deputados que ganham 12 mil reais líquidos por mês fossem os marajás, fossem as causas de o Brasil...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente, a imprensa sabe disso, que as causas desse País não são os salários, as causas desse País são os metrô, as hidrelétricas, os estádios, aí é que estão os bilhões no preço e no subpreço, isso não leva o País para frente, não essas discussões de salários que muitos encampam para fazer média com a população e com a imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):-Concedo a palavra ao nobre deputado Uziel Bueno pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, a todos presentes e aos que nos acompanham pela TV Assembleia, desde a semana passada existe muita especulação, muita falação, responsabilidade inclusive em relação a um assunto muito sério que já foi aprovado na Câmara Federal em relação ao fim do 14º e 15º salários.

Foi colocado aqui por mim, na quinta-feira passada, que obviamente estou de acordo que acabe aqui também na Assembleia Legislativa o 14º e 15º salários. Fiquei muito feliz porque logo após o meu discurso aqui da tribuna, a deputada Luiza Maia, do PT, disse: deputado Uziel Bueno, estou de acordo. Posteriormente, o deputado Carlos Geilson: deputado Uziel Bueno, estou de acordo inclusive antes mesmo eu já apoiava essa ideia. É claro, pela moralidade, por tudo que representamos neste Estado, isso é irreversível, é emergencial, seria uma irresponsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado se não aprovasse o fim do 14º e 15º salários.

Fico pasmo quando vai à imprensa o Líder de Governo, deputado Zé Neto, e diz que é razoável, que é simpático a essa ideia. Simpático, razoável? Algo emergencial e irreversível neste País e um líder de governo ainda fala que é simpático, que é razoável. Isso é no mínimo brincar com o povo da Bahia que nos colocou aqui. E agora dizer para mim que o deputado Uziel Bueno quer ser o pai da criança! Na quinta-feira, aqui nesta tribuna, eu disse que essa PEC deve ser da Casa. Falei assim e o deputado Carlos Geilson estava aqui, o deputado Carlos Gaban estava aqui, a deputada Luiza Maia estava aqui e ouviram isso. Esse projeto tem que ser da Casa. Porém, na quarta-feira à noite, em declaração à imprensa, mais precisamente ao

site *Bahia Notícias*, o nobre presidente Marcelo Nilo disse o seguinte: “Se um deputado levantar a PEC e reunir 21 assinaturas, eu colocarei em urgência urgentíssima, porque é um processo irreversível neste País”. Não estamos aqui brincando de ser deputado, não estamos brincando aqui de ser representante do povo.

Algo que já foi aprovado em Brasília, algo que já foi aprovado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, algo que vai ser aprovado, quarta-feira, na Assembleia Legislativa do Ceará, e nós vamos ficar para traz, por vaidade? Por brincar de “ele quer aparecer, quer ser o pai da criança”? Pelo amor de Deus! Isso é, no mínimo, brincar com os eleitores que nos colocaram aqui.

Srs. Deputados, senhores que estão me acompanhando pela *TV Assembleia*, eu disse na quinta-feira que, por uma questão de democracia e de dizer que esse projeto era da Casa... Até falei com a deputada Luiza Maia, logo depois, que ela, claro, entraria comigo. Eu do PTN, ela do PT. Deputado Rosemberg, os opostos muitas vezes se atraem; os opostos ideologicamente também se atraem quando a causa é nobre, quando a causa é de força para o povo, pelo povo, sempre.

Deputados, precisamos mostrar à Bahia e ao Brasil neste momento que estamos ao lado do povo, e não contra ele. Precisamos limpar a imagem do político brasileiro e baiano. Todos nós sabemos que isso é urgente urgentíssimo.

Deputados, não é razoável, não posso deixar de ser simpático a algo que vai trazer uma economia...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. UZIEL BUENO:- (...) a este País e a este Estado de, no mínimo, R\$ 3 milhões.

Repito, isso é urgente urgentíssimo. Estou ainda na caça das assinaturas dos deputados. Continuarei, porque estou aqui para isso. O sistema é bruto, mas não pode ser bruto para o povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Dando sequência ao Pequeno Expediente, ouviremos a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, do nobre companheiro e Líder do governo, deputado José Neto.

O ZÉ NETO:- Sr. Presidente, queria apenas chamar a atenção para uma coisa: o deputado Uziel ainda não conhece bem como funciona a Casa Legislativa. Nesse sentido, deputado, queria que V.Ex^a tivesse o cuidado de, ao fazer críticas, compreender que a figura do Líder tem de ter ouvido para ouvir os liderados, tem de democratizar as decisões para que ele não as tome sozinho.

Disse que pessoalmente sou a favor e simpático a essa ideia, mas não podia me manifestar naquele momento... Deputado, sou Líder e, como tal, não posso emitir a minha opinião sem ouvir os meus liderados. Posso ter apenas a minha opinião pessoal. Por isso, tive o cuidado de ouvir cada Líder e Vice-Líder. Esse é um processo natural nesta Casa.

Como disse, tenho uma posição pessoal a respeito dessa ideia, mas tenho de

ouvir os meus pares. Até por uma questão de cautela, é razoável que haja assim para termos condição de avançar. Independentemente dos méritos de uma proposta, o Líder tem de ter o cuidado de respeitar a Bancada, por mais que ela pareça estar a favor.

E mais, tem de respeitar também a Oposição. Aliás, há uma coisa importante a ser dita a V.Ex^a: eu estava aguardando a conversa com o deputado Elmar, conversei com os liderados, marquei para terça-feira. E ele me disse: até terça-feira, conversarei com todo mundo na Casa. Conversamos com o deputado Marcelo Nilo, que, diga-se de passagem, de imediato disse: “Minha posição é favorável.”. Eu nem sabia que V.Ex^a tinha falado alguma coisa aqui, eu não tinha ouvido. Estou sendo muito sincero. Não sabia do discurso de V.Ex^a.

Sentei há pouco e conversei com Elmar: Elmar, acho que, nesta Casa, tem um sentimento muito latente que é importante ser dito, como já fizemos no passado – o deputado Gaban esteve aqui conosco e sabe o que estou dizendo –, com relação ao nepotismo. Fizemos uma lei de nepotismo, existiam 3 ou 4 deputados que disputavam quem seria o autor. Acho isso, desculpe-me, deputado, pequeno demais para o tamanho da causa.

Proponho ao deputado Elmar, que já combinou conosco, que façamos uma medida, deputados, deputado Carlos Geilson, deputado Bruno, deputado Cacá, deputado Rosemberg, deputado Marcelino, deputada Luiza, assinada por todos da Casa. Quero, de antemão, dizer que já estou encaminhando isso agora à tarde para a assinatura de minha Bancada. Peço ao deputado Elmar que façamos isso juntos. Peguemos o texto, Líder da Oposição, Líder do governo, e vamos fazer isso juntos, como já o fizemos no passado em outros momentos.

Se quisermos, deputado, realmente resgatar o valor desta Casa, o melhor trabalho que poderíamos fazer seria buscar consenso em situações como essa. Já fizemos isso outras vezes. Dará um pedaço de página pequeno lá embaixo. Daria manchete, se tivesse algum problema que não fosse esse, mas para degradar a Casa. Infelizmente, é o processo que existe no País e no mundo do controle de qualidade do que existe na sociedade. Quando fazemos o que é certo, é certo, é obrigação, vamos fazer. Temos que fazer, porque é obrigação e está correto fazer o que é certo. Agora, obviamente, quando acontecem situações que precisam ser trabalhadas na Casa com unanimidade, acho que devemos trabalhar, porque aí dá uma resposta do Legislativo baiano.

Eu até, deputado Uziel, convido V.Ex^a e deputada Luiza, que são deputados de Blocos diferenciados – V.Ex^a, do Bloco da Oposição; a deputada Luiza, do Bloco do governo –, que também assinem conosco, os Líderes do Governo e da Oposição, uma medida da Casa, assinada por todos os deputados da Casa, pois acho que isso dará uma grandeza para o Poder Legislativo. Isso para mim está pacificado. Tive o cuidado, deputado Uziel, de conversar com todos da Casa. Isso é muito importante, até porque temos que saber de uma situação que, para mim, é muito tranquila de ser avaliada. De um lado, estamos dando um passo decisivo na modernização, no empenho que está tendo com relação à transparência, acabar alguns penduricalhos

que ora estão ocorrendo, na cabeça de alguns, dentro do Poder Legislativo Federal, mas é bom lembrar que, quando se criaram esses penduricalhos, foi para suprir também uma outra necessidade: não tínhamos 13º, não tínhamos férias, melhor dizendo, e não temos FGTS.

Há um alinhamento por parte deste Poder Legislativo, junto com o que aconteceu em Brasília, mas é para pontuar isso também. Algumas pessoas podiam pensar que recebemos férias, que recebemos FGTS, que temos indenizatórias aqui no fim de cada mandato e que além disso temos o 14º e o 15º. Então, esses 14º e 15º, que agora estão sendo extintos, acho que o caminho nosso da Assembleia e demais assembleias deve ser esse, também temos que ponderar daqui para a frente, para saber o que se passa em outros poderes.

O que estamos fazendo dentro do Poder Legislativo é passível como referencial também do que acontece em outros poderes. O que acontece, deputado Gaban, em diversas situações, é que parece que o político é que é o da excrescência sempre. E não é, deputado! O do político aqui é o trabalho, e muito! Eu estaria, hoje, em qualquer profissão com nível de trabalho... Não só eu como diversos deputados aqui. Trabalhamos muito! Vejo muitos deputado aqui que se empenham, e não é pouco.

Então temos que pegar um momento como esse não para degradar o Poder Legislativo, mas para dizer à sociedade que o Poder Legislativo está entendendo a mensagem, mas que o Poder Legislativo também fará o seu papel, buscará junto aos outros poderes as respostas que a sociedade espera. Isso eu digo em todos os poderes.

Agora mesmo estamos montando aqui uma comissão especial para tratar da privatização dos cartórios. É eminente, neste instante, que tenhamos capacidade de fazer, deputado Uziel...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre companheiro.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, esse enfrentamento, para que a sociedade saiba que este Poder, diferentemente do que alguns pensam, é um Poder Legislativo que tem a dar. Se tem o que dar, não precisa haver aqui, deputado Elmar, nenhuma situação que não seja a de busca de consenso.

Espero que V.Ex^a possa combinar e possamos fazer, como já fizemos no passado, um momento que, no meu ponto de vista, fará com que esta Casa, no seu conjunto...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:-(...) dê um grande exemplo de unidade para a sociedade em torno de uma questão que considero muito no foco de tudo que se espera desta Casa, que é a extinção do 14º e 15º.

Fica a proposta e espero que o deputado Elmar possa se manifestar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra a palavra ao nobre deputado da nossa querida cidade de Feira de Santana, Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Questão de Ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, quero fazer uma comunicação inadiável. Deputado Zé Neto, Líder do Governo e da Maioria, nossa Bancada decidiu...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Ouviremos a comunicação inadiável do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, nossa bancada decidiu hoje, em reunião realizada às 11 horas da manhã, na sala da Liderança da Minoria, à unanimidade, que a questão do 14º e 15º salários é insustentável em função do que pensa a sociedade. Em razão disso, fechamos questão no sentido de apoiar qualquer iniciativa que vise a extinção do 14º e 15º salários.

Quero, nesse instante, em razão desse ponto específico, propor ao Líder do governo para que nos dirijamos ao presidente da Assembleia, para que ainda hoje, com as anuências minha e do Líder do governo, encaminhemos a proposta de emenda constitucional para que, com dispensa de formalidade, amanhã seja votada essa PEC, que é da Casa, da sociedade, uma PEC que a sociedade reclama.

Precisamos nos aprofundar mais em alguns pontos do funcionamento do Poder Legislativo, e quero trazer mais dois pontos que espero evoluir com o Líder do Governo, no sentido de que possamos fazer funcionar. O desperdício às vezes não é só, e aí quero me associar ao deputado Zé Neto, no 14º e 15º salários que são pagos, e que às vezes dá substância ao funcionamento do Parlamento, mas às vezes, pagamentos de determinadas estruturas na casa não funcionam.

Deputado Zé Neto falou com propriedade, e eu concordo, da necessidade da instalação de uma comissão para acompanhar a privatização dos cartórios. Tentamos fazer o melhor para a Bahia, mas, infelizmente, não estamos vendo retorno.

Para criarmos uma nova comissão, precisamos antes fazer funcionar as que existem. É inadmissível que exista comissão nesta casa, como a de Finanças, que só se reuniu três vezes no ano passado, e tem uma estrutura bancada pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, e que não permite que os deputados de Oposição possam exercer o seu papel de fiscalizar o governo através do funcionamento regular de uma comissão que recebe e ganha estrutura para isso. É um ponto que precisamos avançar e discutir aqui nesta Casa.

Por último, eu não quero que se repita o fato, pois fui a pessoa que começou a colher assinaturas de mais de 50 deputados, e até hoje está estagnada uma proposta de emenda constitucional que não é da minha autoria, mas de 50 deputados desta Casa, e trata da ficha limpa para ocupação de cargo público no Estado da Bahia, nos três níveis e nos três Poderes. É inadmissível que o Estado da Bahia seja um dos poucos Estados da Federação que ainda não votou esse projeto.

Portanto, que a gente dê exemplo. Será possível que vai ser a vida inteira assim? Porque a Câmara Federal votou o fim do 14º e 15º salários para não sofrer pressão nós vamos votar? Tem muita coisa aqui que precisa ser melhorada e a principal é essa. Entendo que o projeto de emenda constitucional que trata da ficha

limpa e a obriga entrar no serviço público estadual é uma medida que atende muito mais aos anseios da sociedade do que essa de tratar de extinguir dois salários extras de 63 deputados.

Somos favoráveis à extinção desses salários. A Oposição fechou questão nisso. Não vamos querer nos arvorar de que a Oposição vai ser pai e mãe desse projeto, porque vamos fazer algo que é da Assembleia inteira, porque precisamos ir de encontro à sociedade. Agora, temos que expor que outras coisas precisam ser feitas, e esse ônus nós da Oposição não vamos ficar. Os nossos membros na Mesa Diretora estão autorizados, depois de uma decisão unânime nesta Casa, de discutir a questão do funcionamento de comissão. As comissões têm estrutura boa para fazer funcionar, publicado inclusive na imprensa e nos jornais. É inadmissível que uma comissão tenha estrutura e não funcione.

Os nossos membros na Mesa Diretora estão autorizados a levar a proposição à Mesa Diretora para instaurar procedimentos no sentido de cortar o salário de deputado que se ausente das reuniões das comissões e que não bote pra funcionar projetos. Porque temos aqui um regimento de faz de conta que determina, deputado Zé Neto, que os deputados têm 45 dias para votar projeto nas comissões e é inadmissível que não vote nenhum. Não se discute projeto nas comissões e não se vota um.

Então essa proposição os deputados Paulo Azi e Sandro Régis têm discutido com os outros membros da Mesa Diretora, o deputado Yulo Oiticica, que é o vice-presidente ficou de discutir isso com o deputado Zé Neto, mas desde já quero antecipar nossa decisão favorável no sentido de dizer que a comissão que não cumpriu os prazos regimentais com a discussão de projetos de iniciativa de deputados, o deputado que for ausente nessa comissão, ter o salário descontado no final do mês.

São essas as medidas que, por livre iniciativa nossa, sem pressão de opinião pública é o que temos que fazer para dar uma contribuição para a sociedade. A Oposição está disposta a discutir tanto essas questões que levantei agora em nome da Bancada e quaisquer outras proposições que venha o Líder do governo discutir em nome da Bancada para que a gente aproxime mais o Poder Legislativo do povo baiano. De funcionamento da *TV Assembleia* como canal aberto, de ponto de deputado em todas as sessões que devam ser realizadas e não digo que precisa ser as cinco sessões, mas pelo menos duas sessões por semana para discutir e votar. Um dia vota projeto de iniciativa do governo e outro vota projetos de iniciativa de deputados. Que vote contra o que for ruim, ou a favor, mas vote.

É inadmissível que não tramite nas comissões e não se vote aqui regularmente no Plenário. Tem que sentar o Líder do governo e o Líder da Minoria para fazer um acordo no final do ano e botar projetos em votação sem a mínima discussão, sem que a gente desempenhe o nosso papel.

Portanto, quero aproveitar esse instante em que está em debate para falar sobre uma medida que é inexorável, que temos que ir de encontro ao que pensa a sociedade para discutir tantas outras que precisam ser feitas no sentido da moralidade, da

celeridade, da transparência e do funcionamento correto do Poder Executivo, onde as missões precípuas do Parlamento, além de legislar, de julgar as contas do governador, é de fiscalizar. É inadmissível que numa democracia, que está caminhando para o amadurecimento, como a democracia brasileira, que nos dá exemplo a Câmara Federal nesse sentido que uma comissão, que está ao lado da Comissão de Constituição e Justiça, como a mais importante da Casa, não funcione.

O governo tem maioria para indeferir requerimento, mas não pode ter maioria para sufocar o debate e a discussão de projeto de lei, de acompanhamento do Orçamento e das contas.

No ano passado e retrasado, esta comissão só funcionou três vezes por determinação constitucional, quando o Secretário da Fazenda veio cumprir o seu mister de quatro em quatro meses para fazer apresentação do balanço das contas do Estado.

É inadmissível que esta comissão não funcione. O que o governo tem a esconder, que não pode vir ao debate? É um debate que temos que levantar nesta Casa. Foi decisão da nossa bancada de trazer isso. Não só uma medida por conta e a reboque do Congresso Nacional nós temos que tocar à frente, mas outras medidas de moralização, repito, de transparência e que dê condições para que o trabalho dos deputados, nesta Casa, tenha visibilidade.

Quero concordar com alguns deputados que me antecederam. Precisamos regulamentar isso. Não é só estar aqui no Plenário para estar presente não. Quando um deputado participa de uma audiência pública, no município ou no interior, junto com secretário de Estado num comitê instalado pelo Governo, eu entendo que ele está participando de uma missão institucional. Quando o deputado participa de audiências públicas em Câmaras de Vereadores, no interior; quando vai a Brasília, a ministérios, também está participando de algumas missões. Precisamos regularizar isso. Nada melhor do que a transparência. Esse é o nosso lema. O lema da bancada da Oposição: Moralização e Transparência.

Concluo as minhas palavras convidando o Líder do Governo para nos dirigirmos à presidência para que, ainda hoje, possamos fechar um texto, junto com o presidente, de proposta constitucional que contemple algumas questões além dessa. Vamos aproveitar o momento.

Amanhã ainda, com dispensa de formalidades, com a minha assinatura e a do Líder do Governo, possamos trazer uma PEC, uma mudança do Regimento de alguns pontos essenciais e importantes para aproximar esta Casa da sociedade.

Muito obrigado.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro quero dizer ao deputado Elmar Nascimento que é uma satisfação poder com ele, neste momento, tomar uma atitude, que é da Casa Legislativa.

Estava conversando com o deputado Uziel Bueno, que foi importante no

processo, como a deputada Luiza, ambos se manifestaram nesse sentido. Vim saber depois dessa manifestação. Mas essa manifestação deles acaba motivando também na Casa o debate.

Tanto eu como Elmar Nascimento, que com certeza desde o início, tanto eu quanto ele éramos a favor, tínhamos que ter ponderação de ouvir a bancada. Está claro isso; está óbvio. Quem quer liderar tem que saber que em determinados momentos será liderado também. Não pode tomar um posicionamento em nome do coletivo achando que sabe o que há na cabeça de cada um.

Todos os deputados ouvidos foram a favor. Nenhum dos deputados que eu ouvi foi contra. Na minha bancada foi assim, na bancada do deputado Elmar Nascimento também aconteceu o mesmo. Acho que o papel dos dois deputados que se manifestaram, pessoalmente, nessa situação, obviamente, fomenta o debate. Queria dizer tanto à deputada Luiza, que é da minha bancada, como ao deputado Uziel Bueno que o nosso posicionamento só é um posicionamento de coletivo em função do posicionamento que trata do coletivo da Casa. Temos que ter esse cuidado. Para mim está tudo muito claro, está tudo muito certo. O deputado Elmar Nascimento puxou outros temas.

Deputado Elmar Nascimento, fui oposição, discutia a mesma coisa que V.Ex^a discute. Eu fui oposição com o deputado Gaban presidente desta Casa, e tivemos várias conversas tentando uma formulação em torno da questão da votação de projetos da Casa. Infelizmente, não consegui êxito e não me dei por vencido.

Infelizmente, é uma questão constitucional que passa pelo âmbito federal, pelo Senado e pela Câmara Federal, que fechou um ano terrível do ponto de vista da votação de projetos. O Senado da mesma forma. Há uma coisa chamada criação de gastos por deputados e senadores, e sabemos que isso é inconstitucional.

Deputado Elmar Nascimento, da minha parte tenho toda a boa vontade e V.Ex^a conhece o meu perfil nesta Casa. Sei que há essas anacronias com relação ao funcionamento de comissões. É uma luta muito longa da Casa, de todos nós. Não vou dizer que é só da oposição, é do governo também.

Acho que é um processo que precisa melhorar, evoluir. Já demos passos muito grandes e decisivos no dia a dia nesta Casa. Numa caminhada é preciso reconhecer o que se fez. Se não reconhecemos a caminhada que se fez, não reconhecemos a distância que se andou, aí não sabe onde irá chegar.

É preciso também reconhecer que esta Casa, nesses últimos anos, deu passos muito tranquilos na democratização, na abertura, na transparência, nas informações que estão sendo dadas, gradativamente abrindo cada dia mais essas informações para a sociedade. Acho que temos que ir polindo cada dia esses entornos para conseguir, evidentemente, mostrar à sociedade o quanto é valioso o Poder Legislativo.

Fica aqui o meu agradecimento também ao deputado Elmar pela compreensão de fazermos em conjunto esse projeto de lei, o reconhecimento público do papel dos dois deputados que discursaram – deputada Luiza Maia e o deputado Uziel, que tiveram o papel de abrir o debate –, mas dizer que sempre que houver alguma coisa do coletivo da Casa devemos ter a capacidade de fazer o que fizemos agora. Acho

que a valorização do Poder Legislativo, deputado que ora preside esta sessão, deputado Aderbal , primeiro passa por nós. Tenhamos os embates, tenhamos os conflitos , faz parte do dia a dia. Agora, se o nosso Poder está melhorando para a sociedade, está se adequando aos novos tempos,também tenhamos a capacidade de entender que, quando um Legislativo é fraco, a sociedade não tem quem a defenda. Quando o Legislativo é fraco, fraco é o povo. Quando o Legislativo é fraco, fraca é a democracia. Quando o Legislativo é fraco, quem ganha é a tirania. E nós não vivemos em um Estado de tirania. Nós vivemos em um Estado de disputa democrática.

Este Poder é o grande guardião dessa disputa democrática, tem a capacidade de fazer disputas ideológicas e de ideais, de ideias, de conflito, todos esses dentro do campo da política, mas que tenhamos a capacidade de em momentos como este fazer o que estamos fazendo agora: sentar em torno de uma razoabilidade e assinarmos juntos, mostrando à sociedade que aqui também reside muito o bom senso.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Targino Machado .

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a Constituição Cidadã de 88 consagrou no seu texto alguns princípios, entre eles o princípio da razoabilidade. Quero parabenizar esta Casa, neste momento, nesta tarde de hoje, por estar contaminada por esse princípio. Os Líderes, notadamente os Líderes, foram bastante razoáveis, inclusive, pelo que entendi, vão se dirigir no momento em comissão à Presidência da Casa para tratar do *modus faciendi* do encaminhamento dessa emenda constitucional aqui multicitada.

Considerando também, Sr. Presidente, que o horário do Grande Expediente, o maior horário na tribuna desta Casa, está reservado ao nosso Bloco, eu gostaria, em face da retirada dos Srs. Deputados em comissão para a visita à Presidência da Casa, de solicitar V. Ex^a que proceda a uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão, zerando o painel e abrindo o tempo de 15 minutos, que é o tempo de praxe.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, deputado.

O Sr. Targino Machado: - Concluo dizendo que, se a Bancada do governo abrir mão da verificação de quórum nominal, eu retiro a minha solicitação do ponto de vista nominal. Mantenho a verificação de quórum e retiro do ponto de vista nominal, se assim for o entendimento dos Líderes da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido. Nobre deputado Carlos Geilson, fica prejudicada a questão de ordem de V.Ex^a. Questão de ordem do deputado Carlos Geilson. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas): - Verifico apenas a presença de 20 Srs. Deputados. Portanto, não há número suficiente para a continuidade da presente sessão, motivo pelo qual a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*